



O QUE É GOVERNANÇA DA INTERNET? - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

WHAT IS INTERNET GOVERNANCE? - A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

PALOMA ROCILLO* | FELIPE DUARTE** | JULIANA ROMAN***

RESUMO

As diferentes concepções sobre governança da internet mobilizam esse termo de formas distintas a depender dos atores e interesses envolvidos. O problema central deste estudo foi compreender o arcabouço do conceito de governança da internet. Foi realizada revisão sistemática de literatura, aliando análise qualitativa e quantitativa de aspectos relevantes para examinar os elementos estruturantes da governança da internet e a localização das discussões acadêmicas a seu respeito. Observou-se predominância da adoção do conceito estabelecido na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação nas 36 publicações analisadas. Algumas publicações sugerem revisões e acréscimos conceituais, principalmente em relação à concepção do modelo multissetorial, à exclusão de elementos práticos e informais desse domínio e à relação deste domínio à administração dos recursos mobilizados na rede. Identificou-se ainda que a consolidação de uma definição específica sobre termo é uma demanda secundária se comparada à necessidade da moldura teórica da governança da internet abarcar práticas e atores que ainda não são reconhecidos como pertencentes a este campo.

Palavras-chave: Governança da internet; Gestão da internet; Internet; Revisão sistemática de literatura; rede.

ABSTRACT

The different conceptions of internet governance mobilize this term in different ways depending on the actors and interests involved. The central problem of this study is to understand the framework of the internet governance concept. A systematic literature review was carried out, combining qualitative and quantitative analysis of relevant aspects to examine the structuring elements of internet governance and the location of academic discussions about it. There was a predominance of adoption of the concept established at the World Summit on the Information Society in the 36 analyzed publications. Some publications suggest conceptual revisions and additions, mainly in relation to the conception of the multisectoral model, the exclusion of practical and informal elements of this domain and the relationship of this domain to the management of the resources mobilized in the network. It was also identified that the consolidation of a specific definition of the term is a secondary demand compared to the need for the theoretical framework of internet governance to encompass practices and actors that are not yet recognized as belonging to this field.

Keywords: Internet Governance; internet management; Internet; Systematic review of literature; network.

* Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vice-diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS).

paloma@irisbh.com.br

** Graduado em Publicidade pela UFMG. Coordenador de comunicação do IRIS.

felipeduarte@irisbh.com.br

*** Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada ao Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA). Pesquisadora do IRIS.

Juliana@irisbh.com.br

Recebido em 23-12-2021 | Aprovado em 7-2-2022¹

¹ **Nota dos autores:** este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto "Glossário da Governança da Internet", o qual é realizado pelo Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS) com apoio do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Agradecemos à pesquisadora Lahis Pasquali Kurtz pelo acompanhamento na pesquisa e revisão.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 REFERENCIAL TEÓRICO; 2 PARÂMETROS DA REVISÃO SISTEMÁTICA; 3 ELEMENTOS QUE COMPÕEM A GOVERNANÇA DA INTERNET; 2.1 *Análise dos resultados encontrados*; 2.2 *Análise bibliométrica*; 4. DISCUSSÃO SOBRE OS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA GOVERNANÇA DA INTERNET; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS

■ INTRODUÇÃO

A governança da internet é um campo de atuação estudado por múltiplas áreas do conhecimento. Percebe-se a proliferação de debates, à margem do meio acadêmico, sobre disputa envolvendo a forma como questões desse campo são abordadas pelos agentes. Acompanhado disso, nota-se grande número de trabalhos de pesquisa na temática da governança da internet e suas facetas de atuação. Ao mesmo tempo que se ocupam em debater, analisar e criticar situações que ocorrem no campo político ou técnico, tais trabalhos contribuem na construção do conceito da área que se desenha, a governança da internet.

O problema de pesquisa analisado, tendo esse contexto em consideração, é: existe um consenso na literatura sobre o termo governança da internet?

A hipótese principal a ser testada nesta pesquisa é de que não existe uma conceituação consolidada da expressão governança da internet, o que se verifica em diversos debates em que o termo é utilizado de formas distintas.

Há também indícios de que as construções conceituais do termo em questão, ainda que de forma não consensual, estão concentradas no Norte Global. O relatório do último Fórum Internacional de Governança da Internet, principal evento que discute a governança da internet e seus aspectos colaterais, aponta que a maioria dos participantes provinha dos Estados Unidos, Alemanha e Suíça².

A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de literatura, que abrangeu amostra de 36 artigos selecionados na base de dados Scopus e cujo passo-a-passo é descrito na seção metodológica deste artigo. Sobre eles, foi realizada análise de conteúdo e análise bibliométrica.

Dentre as justificativas para o desenvolvimento desta pesquisa destaca-se a carência de publicações acadêmicas que compilam as contribuições científicas para a estruturação do conceito da governança da internet³ e, também, a importância que esse campo de atuação tem para com o avanço dos direitos humanos.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender a percepção acadêmica sobre os elementos estruturantes da governança da internet. Acredita-se que isso contribuirá com a

² Mais informações podem ser encontradas aqui: https://www.intgovforum.org/multilingual/index.php?q=file-depot_download/11138/2452.

³ Para elaboração do desenho de pesquisa deste estudo, foi realizada uma investigação preliminar sobre o tema governança da internet na plataforma Scopus e Google Scholar e em nenhuma das duas plataformas foram encontradas publicações na forma de revisão sistemática sobre o tema.

análise da pertinência da aplicação ou não da moldura desse campo em determinadas situações fáticas.

O presente trabalho está dividido em cinco partes, além desta introdução. A primeira parte apresenta o referencial teórico que guia esta pesquisa, a segunda parte explora a metodologia aplicada, a terceira parte aborda os resultados da análise bibliométrica e análise de conteúdo das publicações selecionadas e a quarta parte pretende discutir os resultados auferidos, seguida pelas considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Ainda que seja campo em disputa e cuja estruturação esta pesquisa pretende compreender mais detalhadamente, existem marcos institucionais de destaque - que mais adiante conformarão o referencial teórico desta pesquisa - para a formação do conceito de governança da internet. Entre eles, a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI, cujo acrônimo em inglês é WSIS), realizada em dois eventos, 2003 e 2005, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Após a realização da primeira sessão da Cúpula, foi formado o Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (GTGI) com o objetivo de iniciar a segunda com uma proposta consolidada de ações a ser debatida na sessão de 2005. As atribuições do grupo eram: 1. desenvolver uma definição de governança da internet; 2. identificar as questões de políticas públicas relevantes à governança da internet; e 3. desenvolver um entendimento comum dos papéis dos diferentes setores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o tema⁴.

Composto por 40 membros de diferentes setores da sociedade participando em paridade, o grupo de trabalho se baseou nos acúmulos da primeira sessão da Cúpula e empreendeu esforços de recuperação histórica dos princípios e fatores envolvidos no desenvolvimento da internet⁵. Além desses dois motores que orientaram a compreensão do GTGI sobre o tema, o grupo estabeleceu 5 critérios para guiar a construção redacional do termo em questão de modo que a definição de governança da internet fosse 1. adequada; generalizável; 2. descritiva; 3. concisa; e 4. orientada para o processo. Como último fator de influência descrito pelo próprio GTGI, foi analisada uma variedade de mecanismos de governança em temas de internet adotados por governos, setor privado ou de forma multissetorial.

A partir de tais premissas e enfoque, tem-se uma primeira definição de governança da internet institucionalizada e consensuada por uma ampla comunidade atuante neste campo:

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Working Group on Internet Governance*. Bogis-Bossey; 2005. p. 1 - 24. (05.41622). P. 3. Disponível em: <https://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>.

⁵ *Ibidem*.

Governança da internet é o desenvolvimento e a aplicação por parte dos governos, do setor privado e da sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que dão forma à evolução e uso da Internet.⁶

Percebe-se, portanto, a existência de 4 elementos estruturantes da governança da internet de acordo com esta definição: 1. o caráter de tomada de decisões e de execução de tais decisões; 2. o multissetorialismo; 3. a multiplicidade de atos normativos em sentido amplo que constroem a vertente concreta das ideias sobre uso e desenvolvimento da internet; e 4. o horizonte temático-temporal daquilo a que os verbos-núcleo do conceito se referem: evolução e uso da internet. Este conceito de governança da internet também é acolhido por Kurbalija⁷, autor que congregou diversas discussões, definições e processos deste campo em uma obra, colaborando com a divulgação científica deste campo de estudo e consolidando o conceito desenvolvido pelo GTGI.

Ademais, como evidenciado na Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação⁸, para além da definição de governança da internet, o grupo associou determinadas qualidades ao campo, como o multilateralismo, a transparência e a democracia.

Muitos dessas qualidades foram incorporados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil⁹, instância brasileira de deliberação e execução de diretrizes e programas relacionados ao uso da internet no país, na construção do decálogo de Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil¹⁰. Construído de forma participativa e multissetorial, o decálogo vai além das características estabelecidas para a governança pela Agenda Tunis e, de forma agrupada, inclui os princípios 1. liberdade, privacidade e direitos humanos; 2. governança democrática e colaborativa; 3. universalidade; 4. diversidade; 5. inovação; 6. neutralidade da rede; 7. inimizabilidade da rede; 8. funcionalidade, segurança e estabilidade; 9. padronização e interoperabilidade e 10. ambiente legal e regulatório.

Um segundo ponto de progressão na concepção ampla da temática é verificada no detalhamento acerca do horizonte temático da governança da internet, o qual, segundo o grupo, abrange tanto questões técnicas quanto de políticas públicas. Este é um avanço na medida em que, encampadas por Postel¹¹, na década de 90, as concepções sobre governança da internet restringiam esse campo aos aspectos técnicos da alocação de nomes de domínio e endereços de Protocolos de Internet. Neste *locus*, a comunidade técnica seria o ator competente

⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Working Group on Internet Governance*. Bogis-Bossey; 2005. p. 1 - 24. (05.41622). P. 4. Disponível em: <https://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁷ KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁸ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra 2003 e Túnis 2005). *Cadernos CGI.br Referências*. 2014. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf.

⁹ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Sobre o CGI.Br. Disponível em: <https://cgi.br/sobre/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

¹⁰ BRASIL. Resolução CGI.br/RES/2009/003/P. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2009/003/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

¹¹ POSTEL, J. Draft *Specifications for Administration and Management of gTLDs*. Network Working Group, Internet Engineering Task Force, 1996.

para tomada de decisão e outras questões estariam no âmbito do acordo entre partes regidos por interesses privados.

Um dos componentes da definição da CMSI, o multissetorialismo, tem uma de suas origens no Comitê Internacional *Ad Hoc* (cujo acrônimo em inglês é IAHC), constituído a partir de críticas ao fato da comunidade técnica ignorar questões importantes para setores comerciais em temas de propriedade intelectual¹². A partir de então, tem-se um movimento de institucionalização da internet no qual a União Internacional das Telecomunicações (cujo acrônimo em inglês é UIT) ganha relevância principalmente pela demanda por legitimidade neste campo.

Paralelamente, a criação da Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (cujo acrônimo em inglês é ICANN), concebida, vinculada e com conselheiros do governo dos Estados Unidos da América, propunha uma concepção de governança da internet diferente daquela em elaboração pela IAHC e ONU. O embate entre esses dois modelos - que, em certos pontos convergem - ampliou preocupações sobre legitimidade, autonomia das instituições, sistema de tomada de decisões e exclusão de atores em um campo cuja institucionalização dava seus primeiros passos.

As tensões em torno do sistema da ICANN, principalmente em relação à demanda por maior participação de outras nações -principalmente de economias emergentes-, e à desconfiança sobre a capacidade de uma governança exclusivamente autorregulada pelo setor privado, tornaram o debate na CMSI polarizado entre apoiadores e críticos do modelo praticado pela ICANN. Entretanto, foram essas tensões, também, que orientaram debates e definições desenvolvidas globalmente e possibilitaram um dos principais avanços dada segunda rodada do CMSI: ampliar o conhecimento sobre governança da internet ao estabelecer certas bases, o que inclui um documento de referência, a Agenda Tunis, e a escolha entre os modelos de governança em disputa, prevalecendo o processo multissetorial¹³.

Esta breve retrospectiva analítica apresentada pelos autores supramencionados possibilita compreender a razão de ser e origem de dois dos elementos estruturantes da governança da internet listados acima, o multissetorialismo e a multiplicidade de atos normativos que perfazem a governança (que é uma consequência do primeiro elemento). Portanto, considerando este arcabouço, Chenou e Radu¹⁴ classificam o multissetorialismo em duas categorias bastante distintas: como “um princípio orientador da política global de internet” (*tradução nossa*) e como “um modelo de governança” (*tradução nossa*)¹⁵. Neste sentido, esta revisão sistemática poderá apontar se a literatura tem incorporado o elemento do multissetorialismo

¹² CHENOU, Jean-Marie; RADU, Roxana. Introduction. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer. P. 1 - 19. P. 4. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem

¹⁵ *Tradução nossa* de: “a guiding principle of global Internet policy” in CHENOU, Jean-Marie; RADU, Roxana. Introduction. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer. P. 1 - 19. P. 9. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021; *Tradução nossa* de: “model of governance” in CHENOU, Jean-Marie; RADU, Roxana. Introduction. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer. P. 1 - 19. P. 11. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021.

como estruturante à governança da internet e, caso o faça, a conotação e interpretação dada ao termo.

Outro elemento estruturante da governança da internet de acordo com o GTGI é o caráter de tomada de decisões e de execução de tais decisões que o termo abrange. Em grande parte este elemento parece abranger a ideia de “governança” com a conotação mais ampla sugerida por Sylvan de “procedimentos que influenciam outras ações”¹⁶.

Nesse sentido, governança necessariamente envolveria uma atuação (ou uma omissão) concreta que altera de alguma forma o transcurso de algo que sem a ação (ou omissão) teria ocorrido de outra maneira¹⁷. Além disso, um outro ponto essencial é o apego ao caráter procedimental da governança. Portanto, nota-se um destaque às etapas que regem e são seguidas para que determinado feito ocorra.

Entretanto, o aspecto procedimental da governança da internet não se expressa apenas no âmbito formal da palavra. Sylvan¹⁸ apresenta diversos exemplos de interação entre os usuários da ponta da internet (ou seja, cidadãos ordinários, não os grandes atores da governança) para embasar o argumento de que “em grande medida, a governança diária da Internet é ortogonal às tentativas mais conscientes de governança” (tradução nossa)¹⁹. Assim, ainda que a governança praticada por ativistas, governantes, empresários e acadêmicos tenha consequências, a governança realizada em aspecto local inter-usuários representa a parte mais robusta da governança da internet.

Considerando esta segunda perspectiva da estruturação da governança da internet, esta revisão de literatura também pretende verificar se a literatura científica incorpora o debate sobre as instâncias práticas da governança da internet. Assim, observa-se em que medida é acolhido o argumento de que a materialidade da governança da internet é exercida na prática entre usuários, conforme a metodologia descrita a seguir.

2 PARÂMETROS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Num contexto onde a governança da internet é debatida por diferentes setores²⁰ e domínios da ciência²¹, a revisão sistemática serve de instrumento para compreensão da percepção acadêmica sobre o tema. Este é um método que permite observar possíveis lacunas em estu-

¹⁶ SYLVAN, David. Global Internet Governance: Governance without Governors. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer. p. 23 - 36. P. 24. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021.

¹⁷ *Idem*, p. 36.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*

²⁰ De acordo com o relatório oficial da organização do Fórum de Governança da Internet, principal evento de debate sobre o tema, realizado em 2020, 39% dos participantes se autodeclararam como representantes da sociedade civil, 18% do setor privado, 17% do governo, 15% da comunidade técnica, 9% de organizações internacionais e 1% da mídia. Mais informações em: <https://www.intgovforum.org/multilingual/index.php?q=filedownload/11138/2452>.

²¹ Mais informações podem ser encontradas aqui: <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2019-ws-283-transdisciplinarity-for-internet-governance-and-resilience>.

dos existentes, assim como conhecer os recursos necessários para a construção de determinado conhecimento. Além disso, permite desenvolver estudos que cubram brechas na literatura, como forma de contribuição para um campo científico²². A revisão sistemática da literatura foi escolhida por ser uma modalidade de pesquisa que busca entender e dar logicidade a um grande *corpus* documental²³.

A plataforma de busca selecionada foi a *Scopus*²⁴, base multidisciplinar que abrange áreas do conhecimento que frequentemente investigam questões relacionadas à governança da internet (como ciências políticas, ciências da computação, relações internacionais, direito, etc). Ainda, a base adere a regras de rigor científico na seleção do material que agrega (como revisão por pares e periodicidade) e possui filtros para busca detalhada de publicações por linguagem, nacionalidade, tipo de publicação.

O protocolo de pesquisa que delimitou a seleção de publicações é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Protocolo de seleção de artigos para revisão sistemática de literatura

<i>Objetivo</i>	Selecionar publicações que apresentem elementos estruturantes do termo governança da internet.
<i>Descritores</i>	“governança de internet”; “governança da internet”; “governança na internet” “gobierno de internet ²⁵ ”; “governanza d?* internet”; e “internet governance.”
<i>Limitação temporal</i>	Todos os anos
<i>Idiomas</i>	Português, inglês e espanhol
<i>Tipos de produção científica</i>	Artigos, revisões, breves pesquisas e documentos de conferências

²² GALVÃO, Maria C.; RICARTE, Ivan L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 57 - 73, set. 2019. P. 58. DOI:<https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 10 jun. 2021.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Em fase preliminar à revisão sistemática, foi realizada uma pesquisa não exaustiva na plataforma Google Scholar para que o objeto da pesquisa fosse melhor compreendido e para a definição dos descritores que abarcariam os interesses de pesquisa anteriormente mencionados. Esta pesquisa preliminar permitiu que os pesquisadores compreendessem o escopo mais amplo da governança da internet, de modo que foi definido que o melhor descritor para ser aplicado na revisão sistemática seria o próprio termo, e suas variáveis idiomáticas, por representarem o aspecto holístico do objeto da pesquisa.

²⁵ Apesar de Kurbalija destacar o problema da palavra governança, tanto em português quanto em espanhol, estar associada ao governo e à administração pública, durante a pesquisa preliminar notou-se que existe uma diferença entre “governo da internet”, associado à administração pública, e “gobierno de internet” associado à governança da internet. Portanto, devido à aproximação de “gobierno de internet” com o foco desta pesquisa este termo também foi aplicado nas buscas. Um exemplo da aplicação do termo “gobierno de internet” para se referir a governança é apontado por Abril ao se basear no conceito do WSIS: “Nos referimos al denominado gobierno de Internet, que cabe concebir como el “desarrollo y la aplicación por los Gobiernos, el sector privado y la sociedad civil, en el desempeño de sus respectivos papeles, de principios, normas, reglas, procedimientos de toma de decisiones y programas comunes que den forma a la evolución y a la utilización de Internet” . Mais informações podem ser encontradas aqui: <https://revistas.um.es/analesderecho/article/view/57921/55801>.

<i>Outros critérios de inclusão</i>	(i) abordagem de modelos, análises, conceituação ou o ecossistema de governança da internet; (ii) acesso possível via Scopus ou vpns e proxies institucionais; (iii) possuir um ou mais descritores no título, resumo ou palavras chaves
<i>Outros critérios de exclusão</i>	(i) a menção ao tema da governança da internet apenas como tema correlato; (ii) a falta de indícios dos critérios de inclusão ²⁶ ; e (iii) a ausência de acesso à obra completa, seja por livre acesso ou por meio dos proxies institucionais aos quais os pesquisadores possuíam acesso ²⁷ .

Fonte: Elaboração própria

O escopo do tipo de produção científica foi delimitado para selecionar publicações aprofundadas de forma que os resultados estejam baseados em uma literatura científica robusta. O critério do idioma foi estabelecido considerando os idiomas de fluência da equipe de pesquisa.

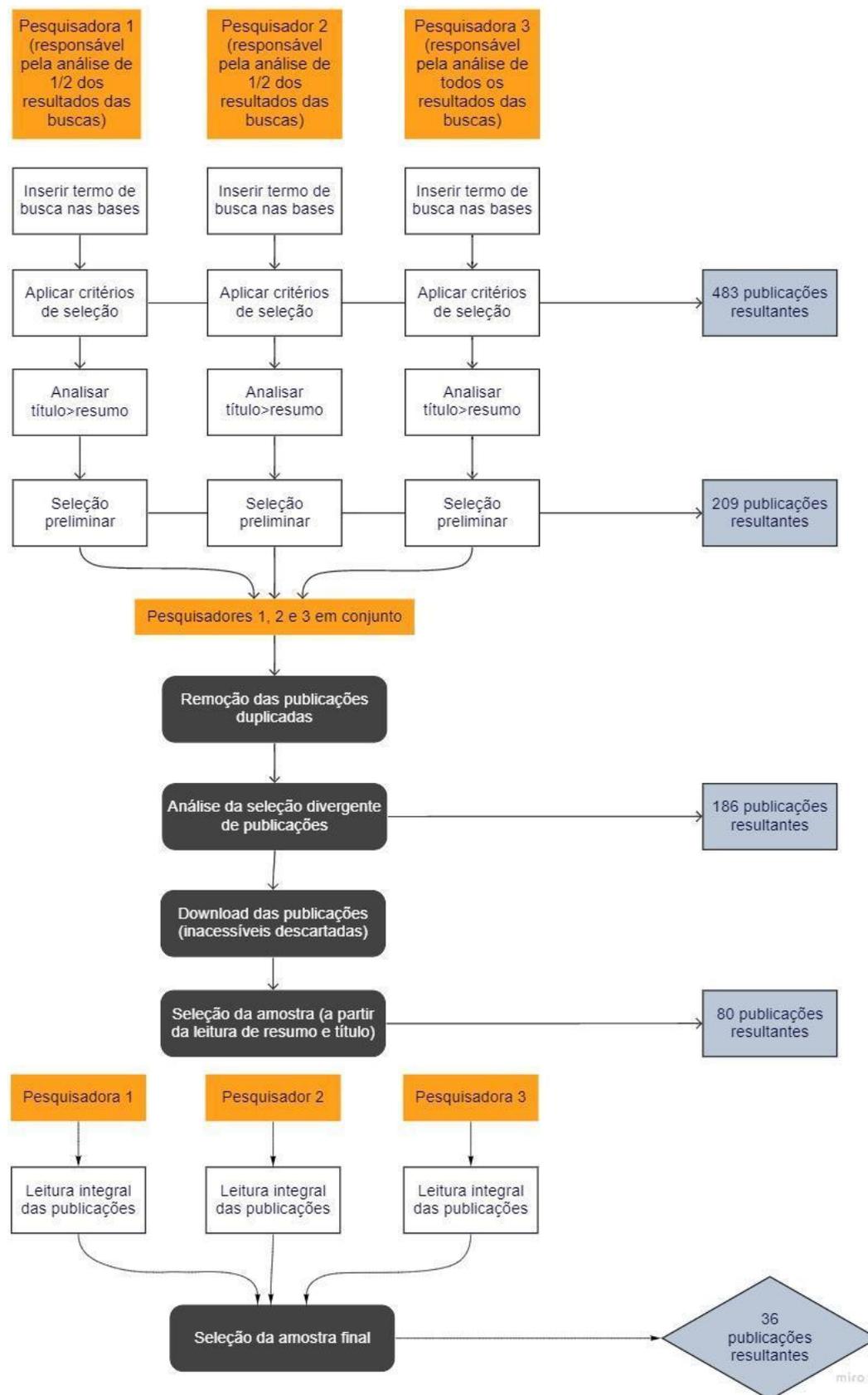
Quanto ao critério (iii) de exclusão, destaca-se que grande parte das publicações selecionadas foram descartadas, pois a íntegra da publicação não estava disponível nem por acesso livre nem por meio do uso dos *proxies* institucionais dos pesquisadores.

A seguir é apresentado um fluxograma do protocolo de pesquisa, a partir do qual foram obtidos os resultados a seguir descritos, divididos em análise qualitativa do conteúdo dos textos selecionados e análise bibliométrica dos metadados relevantes à pesquisa.

²⁶ A caráter de exemplo, o artigo “WEITZENBOECK, Emily M. *Hybrid net: The regulatory framework of ICANN and the DNS*”, *International Journal of Law and Information Technology*, Oxford University Press, v. 22, n. 1, 2014, P. 49 – 73. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijlit/eat016>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijlit/article/22/1/49/697798>”, apesar de estar indexado na Scopus, não foi selecionado pela equipe para a leitura por se limitar a uma análise muito específica de uma instituição inserida no contexto da governança da internet.

²⁷ Devido à possibilidade de configurar indicação de autoria, as instituições foram removidas do manuscrito e serão identificadas na versão final ou a pedido da revista.

Figura 1 - Procedimento de revisão sistemática de literatura adotado



Fonte: Elaboração própria

2 ELEMENTOS QUE COMPÕEM A GOVERNANÇA DA INTERNET

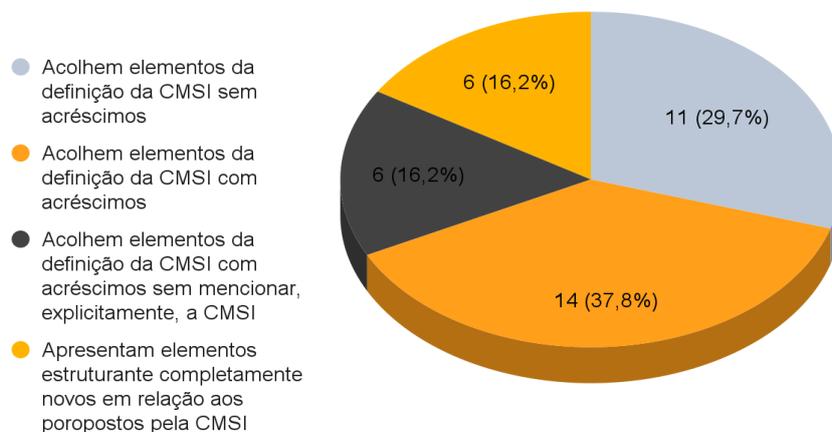
Esta seção pretende apresentar os resultados qualitativos e quantitativos apreendidos a partir da análise de conteúdo e análise bibliométrica nos termos da metodologia e referencial teórico já descritos.

2.1 Análise dos resultados encontrados

No universo de publicações analisadas, grande parte se baseava na definição de governança da internet proposta pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI). Portanto, por haver uma tendência entre as publicações de debater e construir os elementos estruturantes da governança da internet a partir do conceito dado pela CMSI, ele foi estabelecido como um parâmetro para classificar as publicações analisadas.

Neste sentido, os resultados apresentam que, entre as 36 publicações, 31 utilizam o conceito da CMSI como ponto de partida para o conceito em análise e 5 publicações oferecem elementos completamente novos para a estruturação deste termo.

Figura 2 - Relação das publicações com a definição de "governança da internet" da CMSI



Fonte: Elaboração própria

A seguir, são esquematizados os principais elementos identificados na literatura analisada para estruturar o conceito de governança da internet, categorizados por sua aproximação ou distanciamento em relação ao conceito da CMSI. Foge ao âmbito deste trabalho uma análise mais aprofundada dos temas subjacentes aos textos, uma vez que o objetivo foi a identificação e apresentação dos conceitos de governança da internet desenvolvidos dentro da amostra de artigos coletados. Assim, os quadros abaixo possuem caráter expositivo e podem servir de base para futuras análises:

Quadro 2 - Publicações que acolhem os elementos estruturantes propostos pela CMSI com acréscimos

Título – Autoria	Elementos estruturantes do termo “governança da internet” propostos
<p>Internet control points as LGBT rights mediation- DE-NARDIS, Laura; HACKL, Andrea M.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Supervisão realizada por diferentes atores - tarefas do ecossistema da governança da internet; ● A arquitetura e infraestrutura da rede como núcleo básico do conceito de governança da internet; ● Principais funções do ecossistema de governança da Internet: (i) controle de 'recursos críticos da Internet', (ii) definição de padrões da Internet, (iii) coordenação de acesso e interconexão, (iv) governança de segurança cibernética, (v) a função política dos intermediários de informação e (vi) a aplicação de direitos de propriedade intelectual baseada em arquitetura; ● Áreas técnicas de governança e tarefas não são exaustivas, mas a estrutura serve para dissipar uma prática comum de discutir a governança da Internet.
<p>- Let the Internet Be the Internet -NELSON, Michael R.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● As características das novas formas de exercício da autoridade na governança da internet: (i) a informalidade, (ii) a multiplicidade de fontes e atores a participar dos processos regulatórios, (iii) a ausência de estruturas oficiais únicas e (iv) o dinamismo da regulação; ● A governança da internet se dá em diferentes camadas, cada qual com atores atuando em diferentes níveis; ● A governança da internet pode ser vista como uma forma regulatória transnacional e coordenada em que há uma profunda transformação do exercício de autoridade.
<p>Power plays in global internet governance - CARR, Madeline</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Acrescenta que os elementos que compõem a governança da internet incluem também a definição de padrões técnicos, alocação de recursos, arranjos legais e o controle de acesso e informações online; ● Alguns aspectos da governança da Internet tratam de questões de coordenação técnica que apresenta poucas barreiras à cooperação, há muitos outros aspectos que têm implicações políticas, comerciais, jurídicas e culturais.
<p>Dangerous Liaisons? Governments, companies and Internet Governance - MUSIANI, Francesca</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Multissetorialismo não se dá de forma homogênea, muitas vezes concentrado nos atores e instituições internacionais; ● A governança da internet não é normalmente aplicada a problemas práticos que são cruciais na formação e regulação da internet.
<p>Multistakeholder: anatomy of an inchoate global institution - RAYMOND, Mark; DE-NARDIS, Laura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Principais funções da governança da internet: (i) controle de 'recursos críticos da Internet', (ii) definição de padrões da Internet, (iii) coordenação de acesso e interconexão, (iv) governança de segurança cibernética, (v) a função política dos intermediários de informação e (vi) a aplicação de direitos de propriedade intelectual baseada em arquitetura; ● Governança da internet envolve camadas de tarefas administrativas e de coordenação distintas que, cumulativamente, mantêm a Internet operacional; ● Multissetorialismo não é uma característica homogênea e não deve ser aplicado.
<p>Where is the governance in Internet governance? - VAN EETEN, Michel; MUELLER, Milton</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pela negação, tem-se uma ampliação do conceito de governança da internet. Nesse sentido, governança da internet não seria apenas práticas sistêmicas com dimensão global; tampouco apenas existe no âmbito de instituições formais.

A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking - BELLI, Luca.	<ul style="list-style-type: none"> ● Representação de interesses heterogêneos.
WSIS+10: the self-praising feast of multistakeholderism in internet governance - MUSIANI, Francesca.	<ul style="list-style-type: none"> ● Ampliação do conceito para incluir questões como transparência, abertura, diversidade e interoperabilidade; além de possibilitar a inclusão de temas à governança da internet, como direitos autorais; propriedade; trabalho e regulação de conteúdo; ● Incorporação da prática da governança da internet à sua estrutura conceitual.
Is cybersecurity eating internet governance? Causes and consequences of alternative framings - MUELLER, Milton.	<ul style="list-style-type: none"> ● Governança (em geral) envolve uma distribuição policêntrica de poder; ● Requer uma compreensão sobre como questões técnicas e arquiteturais dialogam e impactam questões econômicas; jurídicas e políticas; ● Transnacionalidade.
Network architecture as internet governance - MUSIANI, Francesca.	<ul style="list-style-type: none"> ● A definição do GTGI é muito ampla para traçar com precisão os limites do campo; ● Governança da internet como uma questão de política pública.
15 years of ways of internet governance: towards a new agenda for action - BERLEUR, Jacques-	<ul style="list-style-type: none"> ● Aborda que a governança da internet abrange questões e organizações relacionadas à governança, financiamento e controle da Internet e seus protocolos; ● O campo abarca questões políticas, econômicas, sociais e técnicas.
Practice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies - MUSIANI, Francesca.	<ul style="list-style-type: none"> ● Governança da internet abrange questões de soberania, autonomia e liberdade; ● A definição do GTGI alcançou amplo consenso, mas é considerada limitada no que diz respeito aos limites do campo; ● Superintitucionalização da governança da internet: papel central das instituições internacionais e as suas influências no ecossistema do campo; ● Falta de comunicação entre as instituições da governança da internet e as práticas diárias que acontecem por meio da internet; ● A governança da internet é mais do que uma questão de política pública.
Doing internet governance: practices, controversies, infrastructure, and institutions - EPSTEIN, Dmitry; KATZENBACH, Christian Katzenbach; MUSIANI, Francesca.	<ul style="list-style-type: none"> ● A governança da internet tem aspecto heterogêneo, configurando uma ordem continuamente emergente e dissolvida; ● Uma definição única sobre as fronteiras e parâmetros do campo pode ir em detrimento do próprio campo da governança da internet.
The internet governance ecosystem: Where we are and the path ahead- WAGNER, Flávio R.	<ul style="list-style-type: none"> ● O campo da governança da internet está relacionado às funções técnicas e padrões necessários para manter a internet aberta, não fragmentada, estável, resiliente e segura; ● A internet, assim como sua governança, possui natureza distribuída: os processos são gerenciados por um grande número de entidades internacionais, regionais e nacionais.
The evolution of Internet Governance: lessons learned from NETmundial - ALMEIDA, Virgilio A. F.	<ul style="list-style-type: none"> ● A estrutura de governança da internet é um ecossistema distribuído e coordenado que envolve várias organizações; ● A governança da internet deve ser inclusiva, transparente e responsável; ● As estruturas e operações do campo devem seguir uma abordagem

	que permita a participação de todas as partes interessadas, abordando interesses diversos.
The Internet at Risk - CERF, Vinton G.	<ul style="list-style-type: none"> ● As discussões sobre a governança da internet devem ser conduzidas em um ambiente com diversas partes interessadas; ● Participação igualitária entre o setor público, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade técnica no que diz respeito às decisões e processos relacionados ao campo.
An Analysis of Internet Deployment and Governance- KNAHL, Martin H.	<ul style="list-style-type: none"> ● A governança da internet se refere ao gerenciamento e operação globais dos principais recursos da internet, como as alocações de endereços IP ou nomes de domínio; ● A governança da internet é amplamente reconhecida como um processo técnico e político.
A perspective and implications of internet governance, network neutrality and e-government - KNAHL, Martin H.	<ul style="list-style-type: none"> ● Governança da internet determina o controle global e o gerenciamento dos principais recursos da Internet, incluindo questões de arquitetura da rede.
Internet Governance and the Internet Governance Redux - CERF, Vinton G.	<ul style="list-style-type: none"> ● A governança da internet é mais ampla do que o escopo da operação das instituições internacionais; ● Ao campo aplicam-se leis locais, nacionais e internacionais, tal aplicação envolve uma ampla gama de atores.
The emerging Internet Governance mosaic: connecting the pieces - DUTTON, William H.; PELTU, Malcolm.	<ul style="list-style-type: none"> ● A governança é multicamadas, fragmentada, complexa e geralmente altamente distribuída; ● A internet não é uma única tecnologia, mas um conjunto de muitas tecnologias em diferentes níveis. A sua governança também não é um processo, mas vários processos em diferentes níveis, tratando de questões específicas; ● Diferentes modelos de governo e agências são necessários para abordar diferentes questões do campo.

Fonte: elaboração própria

Quadro 3 - Publicações que apresentam elementos estruturantes completamente novos em relação aos propostos pela CMSI

Título - Autor(a)	Elementos estruturantes do termo "governança da internet" propostos
Internet governance in the UK - COLLINS, Richard	<ul style="list-style-type: none"> ● Governança em rede; ● Autorregulação (no sentido de autogerida).
Multistakeholder approach and human rights in Internet Governance - SHCHERBOVICH, Andrey A.	<ul style="list-style-type: none"> ● Multissetorialismo em aspecto supranacional, nacional, regional e autorregulação; ● Interdependências dos atores; ● Arcabouço principiológico comum; ● Promoção de diálogo e construção de consenso entre os atores; ● Instrumentos de regulação global em prol dos direitos humanos.
"Capacity-building" in global Internet governance: The long-term outcomes of "multistakeholderism" - ANTONOVA, Slavka.	<ul style="list-style-type: none"> ● Regime regulatório de âmbito global; ● Colaboração multissetorial para a construção de consciência global sobre os elementos estruturantes da GI; ● Negociação entre atores e construção de pontos de consenso; ● Questões relacionadas à GI adentram no escopo global.

Coding and Encoding Rights in Internet Infrastructure - MILAN, Stefania.TEN OEVER, Niels.	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação de significado e de papel discursivo da sociedade civil em questões da infraestrutura da rede; ● Relação entre a infraestrutura da internet e os direitos humanos; ● Governança da internet abrange a coordenação global do DNS e endereços de internet, mas além disso ambientes com baixa formalização.
Freedom of Expression and Alternatives for Internet Governance Prospects and Pitfalls - RICKNELL, Emma.	<ul style="list-style-type: none"> ● Projeto e administração da infraestrutura da rede; ● Promulgação de políticas substantivas em torno da internet; ● Fomentar a participação e acessibilidade dos atores; ● Criação de instituições representativas a nível local e global para o estabelecimento de regras e regulamentos em prol participação, transparência e liberdade de expressão; ● Cooperação multissetorial.

Fonte: Elaboração própria

Ainda que haja aporte teórico em relação a novos elementos estruturantes do campo da governança da internet, por parte dos autores citados na tabela 5, as discussões apresentadas nos textos analisados não propuseram novo conceito sobre governança da internet.

2.2 Análise bibliométrica

Esta seção apresenta os resultados da análise quantitativa de cinco aspectos considerados relevantes para compreender a literatura que dialoga sobre o conceito de governança da internet.

Foram escolhidas como variáveis: 1) ano de publicação, por evidenciar o aumento do engajamento da comunidade científica no tema ao longo do tempo, 2) autoria, por permitir a identificação dos principais participantes na construção do campo de conhecimento da governança da internet; 3) aplicação dos descritores, para identificar quais termos os autores utilizam de forma mais recorrente para se referir ao tema em questão; 4) vínculo institucional, com objetivo de identificar os principais espaços de produção científica sobre o tema bem como suas respectivas localizações geográficas; e 5) palavras-chaves, para verificar a incidência de determinados assuntos e enfoques.

Percebe-se um pico de publicações nos anos 2005 e 2013 (5 publicações em cada); seguido pelos anos 2006, 2016 e 2017 (4 publicações cada. Entre autores e autoras, aquela que figura com maior número de publicações é Francesca Musiani (5 publicações); seguida por David Drisel; Martin Knahl; Milton Mueller; Dmitry Epstein; Vinton G. Cerf; Laura Denardis e Christian Katzenbach (todos com 2 publicações).

O descritor com mais retorno de publicações selecionadas quando aplicado foi “*internet governance*” (36 publicações), seguido por “governança da internet” (1 publicação). Uma publicação se repetiu nos resultados de busca na Scopus, o que foi corrigido na etapa pertinente apresentada na seção sobre metodologia. Quanto ao vínculo institucional, a *American University* aparece como instituição com mais autores distintos (2 autores); prevalecem a vinculação de autores provenientes de instituições dos Estados Unidos da América (9 instituições); seguido do Reino Unido (5 instituições) e Brasil (4 instituições).

A análise das palavras-chaves indicadas pelos autores das publicações analisadas, denota predominância do termo “internet governance” (25 ocorrências), o que não diverge do esperado em razão do protocolo de pesquisa aplicado. Seguem-se os termos “ICANN” (9 ocorrências), “internet governance fórum” (5) e “regulations” (5).

A seguir, apresenta-se a relação de publicações analisadas, por acolhimento ao conceito apresentado pela CMSI (WSIS), além de vínculo institucional e país ao qual cada uma se relaciona:

Quadro 4 – Publicações que acolhem o conceito de governança da internet da CMSI

Título	Vínculo institucional	País
Contesting internet governance: global dissent and disparities in the management of cyberspace	Iowa Central Community College	EUA
Internet Governance in a Multipolar World Challenging Hegemony	Iowa Central Community College	EUA
Internet Governance: Some Thoughts after the two WSIS	University of Namur and of Liege	Bélgica
Power and the internet	*	*
Introduction to Economics and Governance of Future Networks.	INRIA Rennes Bretagne-Atlantique	França
The making of institutions of information governance the case of the internet governance forum	Cornell University Ithaca	EUA
Internet Governance: Territorializing Cyberspace	Valdosta State University	EUA
Between coordination and regulation: Finding the governance in Internet governance.	Social Science Research Centre Berlin; Alexander von Humboldt Institute for Internet and Society;	Alemanha
Brazil's Organization of the NETMundial Meeting: Moving Forward in Global Internet Governance	The University of Leeds	Reino Unido
Autoridade Privada na Governança da Internet: regimes de nomes e domínios na América Latina	Universidade de Brasília	Brasil
The crucial and contested global public good: principles and goals in global internet governance	Faculty of Theology, Diaconia and Leadership Studies; VID Specialized University	Noruega

* Indisponível

Fonte: elaboração própria

Quadro 5 – Publicações que acolhem com acréscimos o conceito de governança da internet da CMSI

Título	Vínculo institucional	País
Let the Internet Be the Internet	Internet Society	EUA
15 years of ways of internet governance: towards a new agenda for action	Facultés Universitaires Notre-Dame de la Paix	Bélgica
Where is the governance in Internet governance?	Delft University of Technology; Syracuse University	Estados Unidos da América
WSIS+10: the self-praising feast of multistakeholderism in internet governance	Mines Paris Tech	França
Network architecture as internet governance	Mines Paris Tech	França
Dangerous Liaisons? Governments, companies and Internet Governance.	Mines Paris Tech	França
A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking	Fundação Getulio Vargas, Brazil	Brasil
Multistakeholder: anatomy of an inchoate global institution	University of Oklahoma, Norman; American University	EUA
Pratice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies	Institute for Communication Sciences, French National Centre for Scientific Research	França
Power plays in global internet governance	Aberystwyth University	Reino Unido
Internet Control potins as LGBT rights	American University	EUA
Doing internet governance: practices, controversies, infrastructure, and institutions	University of Illinois at Chicago; Alexander von Humboldt Institute for Internet and Society (HIIG); Institute for Communication Sciences of the CNRS	EUA; Alemanha; França
The internet governance ecosystem: Where we are and the path ahead	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
Is cybersecurity eating internet governance? Causes and consequences of alternative framings	Georgia Institute of Technology	EUA

Fonte: elaboração própria

Quadro 6 – Publicações que acolhem o conceito de governança da internet da CMSI com acréscimos, sem mencionar a instituição

Título	Vínculo institucional	País
The emerging Internet Governance mosaic: connecting the pieces	Oxford Institute	Reino Unido
An analysis of internet deployment and governance	Network Research Group, University of Plymouth	Reino Unido
A perspective and implications of internet governance, network neutrality and e-government	Information Security & Network Research Group	Austrália
The internet at risk	Google	EUA
The evolution of Internet Governance: lessons learned from NETmundial	Federal University of Minas Gerais, Brazil	Brasil
Internet Governance and the Internet Governance Redux.	Google	EUA

Fonte: elaboração própria

Quadro 7 – Publicações que apresentam elementos estruturantes totalmente novos para governança da internet

Título	Vínculo institucional	País
Internet Governance in the UK	Open University	Reino Unido
"Capacity-building" in global Internet governance: The long-term outcomes of "multistakeholderism"	University of North Dakota	EUA
Multistakeholder approach and human rights in Internet Governance	University Higher School of Economics	Rússia
Coding and Encoding Rights in Internet Infrastructure	University of Amsterdam; Article 19	Holanda
Freedom of Expression and Alternatives for Internet Governance Prospects and Pitfalls	Linnaeus University	Suécia

Fonte: elaboração própria

3 DISCUSSÃO SOBRE OS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA GOVERNANÇA DA INTERNET

Os elementos estruturantes da governança da internet, objeto desta revisão sistemática, foram abordados sob perspectivas distintas, ainda que com pontos em comum, pelas publicações analisadas²⁸.

²⁸ Na discussão de resultados, a equipe escolheu discorrer apenas sobre aqueles textos mencionados na tabela 4 e 5, isto é, contribuições que trouxeram acréscimos à definição da CMSI ou elementos novos. Tal caminho foi escolhido porque a discussão dos resultados obtidos pela presente pesquisa visa destacar novas contribuições ao campo da governança da internet, além de apresentar revisão sistemática da literatura analisada, conforme resta demonstrado na tabela 6.

Um ponto de atenção diz respeito à linha tênue entre definição, caracterização e melhores práticas de governança da internet. Ainda que o GTGI pretenda separar características da governança de suas estruturas essenciais, a definição proposta pelo grupo ainda inclui qualidades que não são imprescindíveis para o enquadramento de um signo como integrante da governança da internet. Este parece ser o caso do multissetorialismo, por exemplo.

Como apontado por diversos autores no âmbito desta revisão, e enfatizado por Raymond e Denardis²⁹, o multissetorialismo é uma das abordagens possíveis para a ampliação da participação em processos de governança e não um valor próprio desse campo. Além disso, diversos aspectos - especialmente a nível executivo - da governança da internet possuem poucos ou apenas um ator envolvido. Nesse sentido, vincular o modelo multissetorial a todos os âmbitos da governança da internet pode deixar de considerar práticas que não adotam tal parâmetro.

Considerando que a elaboração de definições e conceitos possui uma dimensão política, no sentido que certos elementos são escolhidos como estruturantes de acordo com objetivos específicos ou gerais, incluir a característica do multissetorialismo no modelo de governança da internet pode ser uma estratégia para reforçar a importância da participação ampla e diversa nos processos deste campo. Especialmente, um contexto de governança autoritária ou elitista da internet pode acarretar na supressão de direitos digitais. Assim, elevar o multissetorialismo à categoria de elemento essencial corrobora com a pretensão de garantir o uso e desenvolvimento da internet pautado e direcionado para os direitos humanos. Entretanto, a incorporação de características adjetivas à estrutura de um campo deve ser percebida sob uma perspectiva crítica e como meio para alcançar um propósito mais amplo. Nesse sentido, tanto o multissetorialismo quanto outras características também associadas à governança da internet nas publicações analisadas (como transparência) parecem ser estratégias para sua concepção. Elas devem, porém, ser consideradas enquanto características adjetivas e não vinculantes. Desta forma, a inexistência da característica em alguma prática ou fenômeno não os exclui, necessariamente, do campo da governança da internet.

Ao mesmo tempo que se infere um esforço de ampliar a definição de governança da internet para que sua moldura acolha necessariamente certas características, como Van Eeten e Muller apontam, o problema pode estar mais relacionado à aplicação da matéria na vida prática e não tanto à sua definição³⁰. Isto diz respeito a um segundo aspecto de discussão: o não-reconhecimento de instâncias informais e práticas de governança da internet.

Em convergência com o argumento de Musiani³¹ de que a governança da internet deve se aproximar das práticas cotidianas e de seu efetivo exercício, Eeten e Muller apontam uma disfunção entre os rótulos e as substâncias que compõem a governança da internet. Dessa

²⁹RAYMOND, Mark; DENARDIS, Laura. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. *International Theory*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 572-616, maio, 2015. P. 610. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1752971915000081>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/multistakeholderism-anatomy-of-an-inchoate-global-institution/B69E6361B5965C98CFD400F75AA8DC53>. Acesso em: 10 jun. 2021.

³⁰VAN EETEN, Michel; MUELLER, Milton. Where is the governance in Internet governance? *New Media & Society*, [S.l.], Novembro, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444812462850>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444812462850>. Acesso em: 14 jun. 2021.

³¹MUSIANI, Francesca. WSIS+10: the self-praising feast of multistakeholderism in internet governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 1 - 7, abr., 2013a. P. 4. DOI: 10.14763/2013.2.121. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/wsis10-self-praising-feast-multi-stakeholderism-internet-governance>. Acesso em: 14 jun. 2021.

forma, as instituições formais são as mais frequentemente - senão as únicas - enquadradas no campo da governança da internet^{32 33}. Uma das possíveis razões para essa relação do campo com instituições formais seria seu caminho de desenvolvimento que, como explanado na seção teórica, teve a CMSI, organizada pela ONU, e a ICANN como grandes expoentes. Ademais, a previsão do multissetorialismo como fator homogêneo e sempre aplicado é retomada.

O argumento desenvolvido, o qual dialoga com o ponto de Musiani³⁴, mencionado acima, é que existem espaços e decisões tomadas por alguns dos setores que constituem exercício da governança da internet, ainda que nem sempre todos estão interessados ou envolvidos com o campo. Além disso, a autora menciona que a definição formulada pelo GTGI é muito ampla para traçar com precisão os limites do campo³⁵.

Em relação à compreensão uniforme do multissetorialismo, Belli³⁶ aponta que tal característica da governança pressupõe e reconhece a existência de setores específicos. O autor defende que isso não é suficiente para garantir sua máxima representatividade, já que questões como recorte de capacidade econômica não são consideradas dentro da concepção de multissetorialismo³⁷.

De forma convergente a Belli, Musiani também reforça a importância das categorias que abrangem a ideia de multissetorialismo serem repensadas para garantir uma participação efetiva nos processos decisórios e executivos³⁸. Dessa forma, elementos como a informalidade e a ausência de instituições oficiais únicas propostos por Nelson³⁹ parecem acomodar algumas críticas endereçadas ao atual conceito mais utilizado de governança da internet.

Considerando, portanto, que o referencial teórico sugeriu um lugar de destaque para o multissetorialismo enquanto elemento estruturante da governança da internet, percebe-se que a literatura questiona a aplicação homogênea desse elemento. Principalmente porque

³²MUSIANI, Francesca. Dangerous Liaisons? Governments, companies and Internet Governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1 - 7, fev., 2013c. DOI: 10.14763/2013.1.108. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/dangerous-liaisons-governments-companies-and-internet-governance>. Acesso em: 15 set. 2021.

³³ MUSIANI, Francesca. Practice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies. *Science, Technology, & Human Values* [S.l.], v. 2, n. 2, p. 272 - 283, out., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162243914553803>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162243914553803>, Acesso em: 15 set. 2021.

³⁴ MUSIANI, Francesca. Practice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies. *Science, Technology, & Human Values* [S.l.], v. 2, n. 2, p. 272 - 283, out., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162243914553803>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162243914553803>, Acesso em: 15 set. 2021.

³⁵MUSIANI, Francesca. Network architecture as internet governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 1-9. Out. 2013b. DOI: <http://dx.doi.org/10.14763/2013.4.208>. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/213975>. Acesso em: 10 jun. 2021.

³⁶BELLI, Luca. A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1 - 21, maio, 2015. P. 3. DOI: Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/heterostakeholder-cooperation-sustainable-internet-policymaking>. Acesso em: 15 set. 2021.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ MUSIANI, Francesca. WSIS+10: the self-praising feast of multistakeholderism in internet governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 1 - 7, abr., 2013a. P.4. DOI: 10.14763/2013.2.121. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/wsis10-self-praising-feast-multi-stakeholderism-internet-governance>. Acesso em: 14 jun. 2021.

³⁹ NELSON, Michael R. Let the internet be the internet. *Issues in Science and Technology*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 36-39, mar., 2006. P. 39. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/43314219.pdf?refreqid=excelsior%3Ae90ff01472d03835481e5dbe2587fa2b>. Acesso em: 10 jun. 2021.

essa aplicação poderia afastar o reconhecimento de diversas práticas cotidianas como integrantes da governança da internet.

Ao mesmo tempo, algumas práticas são consideradas, por alguns Raymond⁴⁰, Wagner⁴¹ e Knaul^{42,43}, afastadas da ideia de governança da internet, que diria respeito à gestão da internet no sentido de envolver tarefas administrativas e de coordenação que mantêm a Internet operacional. Ao mesmo tempo, nota-se um enfoque da governança no sentido de controle da internet e seus protocolos⁴⁴. Este seria um terceiro aspecto que se pretende discutir: a aproximação do termo governança da ideia de gestão.

Conforme mencionado no referencial teórico, o conceito proposto pela CMSI relaciona a governabilidade do termo à tomada de decisões e à sua. Nesse sentido, o poder de influência de uma ação é um ponto central às práticas de governança. Importa mencionar que existe crítica sobre o distanciamento entre as instâncias e os atores que efetivamente governam a internet, sendo que o conceito da CMSI abrange o aspecto executório da governança e, ainda, que esta se exerce na concepção mais ampla de internet (seu uso e evolução). Nesse sentido, associar governança da internet à mera gestão administrativa de recursos críticos parece significar um esvaziamento das estruturas do campo. Portanto, como mencionado pelos autores⁴⁵ que, até mesmo, aproximam o campo da governança à gestão ou administração de recursos críticos, ainda que a internet como objeto da governança remonte a um caráter técnico

⁴⁰ RAYMOND, Mark; DENARDIS, Laura. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. *International Theory*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 572-616, maio, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1752971915000081>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/multistakeholderism-anatomy-of-an-inchoate-global-institution/B69E6361B5965C98CFD400F75AA8DC53>. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁴¹ WAGNER, Flávio R. The internet governance ecosystem: Where we are and the path ahead. In: Brazilian Symposium on Multimedia and the Web, 22, 2016, Teresina. *WebMedia 2016 - Proceedings of the 22nd Brazilian Symposium on Multimedia and the Web*. Teresina: Web Media, 2016. p. 5 - 6. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2976796.2984747>. Acesso em: 21 ago. 2021

⁴² KNAHL, Martin H. An Analysis of Internet Deployment and Governance. In: International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government, 3, 2007, Barcelona. *Proceedings of the Third International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government*. Barcelona: INSTICC; 2007. p. 247 - 250. Disponível em: <https://www.scitepress.org/papers/2007/12844/12844.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴³ KNAHL, Martin H. A perspective and implications of internet governance, network neutrality and e-government. In: INTERNATIONAL CONFERENCE E-SOCIETY, 6, 2008, Algarve. *Proceedings. Proceedings of the International Conference e-Society*. Algarve: IADIS; 2018. p. 204 - 201. Disponível em: <http://www.iadisportal.org/e-society-2008-proceedings>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴⁴ BERLEUR, Jacques. 15 years of ways of internet governance: Towards a new agenda for action. In: International Conference on Human Choice and Computers, 2, 2008, Pretoria. *International Federation for Information Processing book series*. Pretoria: Springer, Boston. p. 255 - 274. DOI: [DOIhttps://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17](https://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17). Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-0-387-84822-8_17. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴⁵ DENARDIS, Laura; HACKL, Andrea M. Internet control points as LGBT rights mediation. *Information, Communication & Society*, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 753-770, jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2016.1153123>. Disponível em: <https://www.genderit.org/resources/internet-control-points-lgbt-rights-mediation>. Acesso em: 10 jun. 2021; RAYMOND, Mark; DENARDIS, Laura. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. *International Theory*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 572-616, maio, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1752971915000081>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/multistakeholderism-anatomy-of-an-inchoate-global-institution/B69E6361B5965C98CFD400F75AA8DC53>. Acesso em: 10 jun. 2021; KNAHL, Martin H. A perspective and implications of internet governance, network neutrality and e-government. In: INTERNATIONAL CONFERENCE E-SOCIETY, 6, 2008, Algarve. *Proceedings. Proceedings of the International*

de infraestrutura de redes e aplicações, sua gestão perpassa por um processo político imbuído de questões sociais, culturais, econômicas e tantos outros recortes. Assim, as questões estruturais impactam qualquer forma de administração de bens tão relevantes quanto aqueles envolvidos na governança da internet.

Por fim, destaca-se que uma das justificativas para a elaboração deste trabalho, a importância da consolidação de uma definição de governança da internet para desenvolvimento do campo, foi identificada como ponto de crítica por algumas publicações⁴⁶. Essa posição tem como ponto principal a consideração de que a pluralidade do campo da governança não possibilita uma definição única e rígida, de forma que resultaria na necessária exclusão de certos elementos e práticas pertencentes a este campo.

Entretanto, considerando, especialmente, o critério de generalidade observado pelo GTGI para a elaboração da definição de governança da internet, mesmo que passível de reavaliação, existe um grau de elasticidade da atual definição de governança, ao não se referir a práticas específicas e taxativas. Dessa forma, a predominância de seu aspecto procedimental presente na definição da CMSI parece delimitar o que pode ser considerado sua prática sem estabelecer fronteiras temáticas, geográficas ou de outras características específicas.

Por fim, as análises bibliométrica e qualitativa possibilitaram a confirmação da hipótese de pesquisa apresentada na metodologia, de concentração das discussões e construções sobre o conceito de governança da internet no Norte Global. O papel dos Estados Unidos da América (EUA) como pioneiro tecnológico e centralizador de decisões sobre recursos e usos da internet é apontado por diversos autores como um fator de impacto na construção da definição de governança da internet⁴⁷. Para ilustrar a influência norte-americana sobre as bases

Conference e-Society. Algarve: IADIS; 2018. p. 204 - 201. Disponível em: <http://www.iadisportal.org/e-society-2008-proceedings>. Acesso em: 15 set. 2021; MILAN, Stefania. TEN OEVER, Niels. Coding and Encoding Rights in Internet Infrastructure. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 1 - 17, jan., 2017. DOI: 10.14763/2017.1.442. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/coding-and-encoding-rights-internet-infrastructure>. Acesso em: 16 set. 2021; RICKNELL, Emma. Freedom of Expression and Alternatives for Internet Governance Prospects and Pitfalls. *Media and Communication*, v. 8, n. 4, p. 110 - 120, out., 2020. DOI: 10.17645/mac.v8i4.3299. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/3299>. Acesso em: 16 set. 2021.

⁴⁶ EPSTEIN, Dmitry; KATZENBACH, Christian; MUSIANI, Francesca. Doing internet governance: practices, controversies, infrastructure, and institutions. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 1 - 14,, set., 2016. P. 5. DOI: 10.14763/2016.3.435. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/doing-internet-governance-practices-controversies-infrastructures-and-institutions>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁴⁷ GLEN, Carol M.. Internet Governance: territorializing cyberspace?. *Politics & Policy*, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 635-657, out. 2014; DRISSEL, David. Internet Governance in a Multipolar World: Challenging American Hegemony. *Cambridge Review of International Affairs*, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 105 - 120, mar. 2006a; CARR, Madeline. Power Plays in Global Internet Governance. *Millennium: Journal of International Studies*, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 640-659, jan. 2015; HARISTYA, Sherly. The efficacy of civil society in global internet governance. *Internet Histories*, [S.l.], v. 4, n. 3, P. 252 - 270, jul. 2020; HAUGEN, Hans Morten. The crucial and contested global public good: principles and goals in global internet governance. *Internet Policy Review*, v. 9, n. 1, P. 1-22, 2020; CHRISTOU, George; SIMPSON, Seamus. The European Union, multilateralism and the global governance of the Internet. *Journal of European Public Policy*, [S.l.], v. 18, n. 2, P. 241 - 257, mar. 2011; COGBURN, D. L.; MUELLER, M.; MCKNIGHT, L.; KLEIN, H. MATHIASON, J. The U.S. role in global internet governance. *IEEE Communications Magazine*, [S.l.], v. 43, n. 12, P. 12 - 14, dez. 2005; DRISSEL, David. Contesting Internet governance: Global dissent and disparities in the management of cyberspace resources. In: 2ND INTERNATIONAL CONFERENCE ON ADVANCES IN EDUCATION, COMMERCE AND SOCIETY. Southampton, 2006. *WIT Transactions on Information and Communication Technologies*, Southampton, jun. 2006b.

da governança da internet, destaca-se o apontamento sobre como os EUA “procuraram manter o *status quo* com relação à governança da Internet, ou seja, uma abordagem descentralizada e de mercado livre com a parceria público-privada da ICANN em seu centro” (*tradução nossa*)⁴⁸, perspectiva que prevalece.

Além da predominância dos EUA no campo discursivo e decisório apontada nas publicações analisadas, existe uma concentração geográfica de instituições de ensino e pesquisa dos autores nos EUA e na Europa, corroborando com a hipótese inicial. Sendo assim, países europeus se destacam principalmente em razão das instituições de vínculo dos autores, ainda que não se destaquem nas discussões das publicações. Por outro lado, o Brasil, pertencente ao Sul Global, é mencionado em diversas publicações⁴⁹ especialmente em razão da organização e sedimento do NetMundial, evento de discussão e decisões sobre a governança global da internet, e pelo modelo de governança da internet adotado pelo país, com enfoque na atuação e atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Nesse sentido, ainda que o Norte Global tenha uma atuação predominante em relação ao debate e reflexões acadêmicas sobre os elementos estruturantes da governança da internet, o modelo pioneiro brasileiro ainda exerce influência sobre sua construção institucional e regulatória. Assim, desvia ligeiramente a rota geopolítica convencional da produção científica em temas de governança da internet.

⁴⁸Tradução nossa de “sought to maintain the status quo with respect to Internet governance, namely a decentralized, free-market approach with the public-private partnership of ICANN at its center”. GLEN, Carol. Internet Governance: territorializing cyberspace?. *Politics & Policy*, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 635-657, out. 2014. p. 645.

⁴⁹ HOLMES, Pablo; ANASTÁCIO, Kimberly. Autoridade privada na governança da Internet: regimes de nomes e domínios na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020; BELLI, Luca. A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1 - 21, maio, 2015. DOI: Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/heterostakeholder-cooperation-sustainable-internet-policymaking>. Acesso em: 15 set. 2021; FRAUNDORFER, Markus. Brazil's Organization of the NETmundial Meeting: Moving Forward in Global Internet Governance. *Global Governance*, v. 23, p. 503, 2017; WAGNER, Flávio R. The internet governance ecosystem: Where we are and the path ahead. In: Brazilian Symposium on Multimedia and the Web, 22, 2016, Teresina. *WebMedia 2016 - Proceedings of the 22nd Brazilian Symposium on Multimedia and the Web*. Teresina: Web Media, 2016. p. 5 - 6. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2976796.2984747>. Acesso em: 21 ago. 2021; ALMEIDA, Virgílio A. F. The evolution of Internet Governance: lessons learned from NETmundial. *IEEE Internet Computing*, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 65 - 69, 2014. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6886132>. Acesso em: 16 set. 2021; HARISTYA, Sherly. The efficacy of civil society in global internet governance. *Internet Histories*, [S.l.], v. 4, n. 3, P. 252 - 270, jul. 2020; HAUGEN, Hans Morten. The crucial and contested global public good: principles and goals in global internet governance. *Internet Policy Review*, v. 9, n. 1, P. 1-22, 2020; PETERS, Michael A. et al. “INTERNET UNIVERSALITY:” HUMAN RIGHTS AND PRINCIPLES FOR THE INTERNET. *Knowledge Cultures*, v. 2, n. 03, p. 15-28, 2014.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a construção do termo “governança da internet” na literatura no intento de compreender os diferentes elementos estruturantes que conformam o campo em questão.

Dentre os 36 textos analisados no âmbito desta pesquisa, 31 utilizaram o conceito da CMSI como ponto de partida para concepção do conceito em análise e 5 publicações ofereceram elementos completamente novos para a estruturação deste termo. Apesar de 31 das publicações analisadas no âmbito deste revisão se pautarem no conceito de governança da internet desenvolvido no âmbito da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação, percebe-se que grande parte das publicações propõem uma revisão do conceito, seja para acrescentar novos elementos, seja para reavaliar os existentes.

A análise bibliométrica manifesta um dos principais problemas da governança da internet: a concentração de debates (e, conseqüentemente, de decisões) em países do Norte Global. A mudança deste cenário e ampliação da participação de países do Sul Global envolve diversos fatores, entre eles uma maior disponibilização do acesso ao conhecimento produzido sobre o tema. Considerando que os países do Sul Global concentram altos níveis de pobreza e, geralmente, contam com pouca assistência governamental financeira para a produção científica, é essencial que as publicações sobre o assunto sejam acessíveis.

São notáveis as interlocuções entre os diferentes eixos (técnico, político, econômico) do campo por parte dos autores⁵⁰, assim como o conflito entre aspectos técnicos e políticos relacionados à governança da internet. Acompanhado a estes pontos de contato, observou-se um amplo reconhecimento nas publicações analisadas de que os debates relacionados ainda são embrionários e demandam maiores discussões e reflexões.

Apesar de todos os avanços apresentados nas discussões travadas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, o conceito do termo “governança da internet” ainda segue em construção e desconstrução constante. Destaca-se que pesquisas futuras podem contribuir

⁵⁰ MILAN, Stefania. TEN OEVER, Niels. Coding and Encoding Rights in Internet Infrastructure. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 1 - 17, jan., 2017. DOI: 10.14763/2017.1.442. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/coding-and-encoding-rights-internet-infrastructure>. Acesso em: 16 set. 2021; KNAHL, Martin H. An Analysis of Internet Deployment and Governance. In: *International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government*, 3, 2007, Barcelona. *Proceedings of the Third International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government*. Barcelona: INSTICC; 2007. p. 247 - 250. Disponível em: <https://www.scitepress.org/papers/2007/12844/12844.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021; DUTTON, William H.; PELTU, Malcolm. The emerging Internet Governance mosaic: connecting the pieces. *Information Polity*, [S.l.], v. 12, n. 1-2, p. 63 - 81, ago. 2007. DOI: 10.3233/ip-2007-0113. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/information-polity/ip000113>. Acesso em: 16 set. 2021; MUSIANI, Francesca. Practice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies. *Science, Technology, & Human Values* [S.l.], v. 2, n. 2, p. 272 - 283, out., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162243914553803>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162243914553803>, Acesso em: 15 set. 2021; BERLEUR, Jacques. 15 years of ways of internet governance: Towards a new agenda for action. In: *International Conference on Human Choice and Computers*, 2, 2008, Pretoria. *International Federation for Information Processing book series*. Pretoria: Springer, Boston. p. 255 - 274. DOI: [DOIhttps://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17](https://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17). Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-0-387-84822-8_17. Acesso em: 15 set. 2021.

para a compreensão do campo no sentido de analisarem âmbitos informais onde a governança ocorre, mas costumam ser negligenciados pela comunidade acadêmica. Ademais, complementando o objetivo expositivo deste trabalho, futuras pesquisas podem investigar as razões que baseiam as construções (ou reproduções) do conceito de governança da internet de forma a verificar interesses e causas que subjazem este campo. Desta forma, para além da tarefa em compreender como a literatura percebe o campo, tarefa objetivada nesta revisão, também corrobora para o avanço nos estudos a compreensão dos porquês e dos atores que perfazem a governança da internet.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Virgilio A. F. The evolution of Internet Governance: lessons learned from NETmundial. *IEEE Internet Computing*, [S.l.], v. 18, n. 5, p. 65 - 69, 2014. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6886132>. Acesso em: 16 set. 2021.

ANTONOVA, Slavka. "Capacity building" in global Internet governance: The long-term outcomes of 'multistakeholderism'. *Regulation & Governance*, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 425 - 445, dez. 2011. DOI: <http://doi.org/10.1111/j.1748-5991.2011.01117>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-5991.2011.01117.x>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BELLI, Luca. A heterostakeholder cooperation for sustainable internet policymaking. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1 - 21, maio, 2015. DOI: Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/heterostakeholder-cooperation-sustainable-internet-policymaking>. Acesso em: 15 set. 2021.

BERLEUR, Jacques. 15 years of ways of internet governance: Towards a new agenda for action. In: International Conference on Human Choice and Computers, 2, 2008, Pretoria. *International Federation for Information Processing book series*. Pretoria: Springer, Boston. p. 255 - 274. DOI: [DOIhttps://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17](https://doi.org/10.1007/978-0-387-84822-8_17). Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-0-387-84822-8_17. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Resolução CGI.br/RES/2009/003/P. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2009/003/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CARR, Madeline. Power Plays in Global Internet Governance. *Millennium: Journal of International Studies*, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 640-659, jan. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0305829814562655>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0305829814562655>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CERF, Vinton G. Internet Governance and the Internet Governance Redux. *IEEE Internet Computing*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 1 - 2, mar. 2015. DOI: 10.1109/MIC.2015.41. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7061812/>. Acesso em: 16 set. 2021.

CERF, Vinton G. The Internet at Risk. *IEEE Internet Computing*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 3 - 5, mar./abr., 2013. DOI:10.1109/MIC.2013.40. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6488668>. Acesso em: 15 set. 2021.

CHENOU, Jean-Marie; RADU, Roxana. Introduction. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer, 2014. p. 1 - 19. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021.

COLLINS, Richard. Internet governance in the UK. *Media Culture & Society*, Thousand Oaks, v. 28, n. 3, p. 337 - 358, maio 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0163443706061686>. DOI: <http://doi.org/10.1177/0163443706061686>. Acesso em: 10 jun. 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra 2003 e Túnis 2005). *Cadernos CGI.br Referências*. 2014. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Sobre o CGI.Br. Disponível em: <https://cgi.br/sobre/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CHRISTOU, George; SIMPSON, Seamus. The European Union, multilateralism and the global governance of the Internet. *Journal of European Public Policy*, [S.l.], v. 18, n. 2, P. 241 - 257, mar. 2011.

COGBURN, D. L.; MUELLER, M.; MCKNIGHT, L.; KLEIN, H. MATHIASON, J. The U.S. role in global internet governance. *IEEE Communications Magazine*, [S.l.], v. 43, n. 12, P. 12 - 14, dez. 2005.

DENARDIS, Laura; HACKL, Andrea M. Internet control points as LGBT rights mediation. *Information, Communication & Society*, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 753-770, jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2016.1153123>. Disponível em: <https://www.genderit.org/resources/internet-control-points-lgbt-rights-mediation>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DRISSEL, David. Internet Governance in a Multipolar World: Challenging American Hegemony. *Cambridge Review of International Affairs*, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 105 - 120, mar. 2006a.

DRISSEL, David. Contesting Internet governance: Global dissent and disparities in the management of cyberspace resources. In: 2ND INTERNATIONAL CONFERENCE ON ADVANCES IN EDUCATION, COMMERCE AND SOCIETY. Southampton, 2006. *WIT Transactions on Information and Communication Technologies*, Southampton, jun. 2006b.

DUTTON, William H.; PELTU, Malcolm. The emerging Internet Governance mosaic: connecting the pieces. *Information Polity*, [S.l.], v. 12, n. 1-2, p. 63 - 81, ago. 2007. DOI: 10.3233/ip-2007-0113. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/information-polity/ip000113>. Acesso em: 16 set. 2021.

EPSTEIN, Dmitry; KATZENBACH, Christian; MUSIANI, Francesca. Doing internet governance: practices, controversies, infrastructure, and institutions. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 1 - 14, set., 2016. DOI: 10.14763/2016.3.435. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/doing-internet-governance-practices-controversies-infrastructures-and-institutions>. Acesso em: 15 set. 2021.

FRAUNDORFER, Markus. Brazil's Organization of the NETmundial Meeting: Moving Forward in Global Internet Governance. *Global Governance*, v. 23, p. 503, 2017.

GALVÃO, Maria C.; RICARTE, Ivan L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 57 - 73, set. 2019.

DOI:<https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GLEN, Carol M.. Internet Governance: territorializing cyberspace?. *Politics & Policy*, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 635-657, out. 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/polp.12093>. Acesso em: 15 set. 2021.

HARISTYA, Sherly. The efficacy of civil society in global internet governance. *Internet Histories*, [S.l.], v. 4, n. 3, P. 252 - 270, jul. 2020.

HAUGEN, Hans Morten. The crucial and contested global public good: principles and goals in global internet governance. *Internet Policy Review*, v. 9, n. 1, P. 1-22, 2020.

KNAHL, Martin H. A perspective and implications of internet governance, network neutrality and e-government. In: INTERNATIONAL CONFERENCE E-SOCIETY, 6, 2008, Algarve. Proceedings. *Proceedings of the International Conference e-Society*. Algarve: IADIS; 2018. p. 204 - 201. Disponível em: <http://www.iadisportal.org/e-society-2008-proceedings>. Acesso em: 15 set. 2021.

KNAHL, Martin H. An Analysis of Internet Deployment and Governance. In: International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government, 3, 2007, Barcelona. *Proceedings of the Third International Conference on Web Information Systems and Technologies - Society, e-Business and e-Government*. Barcelona: INSTICC; 2007. p. 247 - 250. Disponível em: <https://www.scitepress.org/papers/2007/12844/12844.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

HOLMES, Pablo; ANASTÁCIO, Kimberly. Autoridade privada na governança da Internet: regimes de nomes e domínios na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020.

MUELLER, Milton. Is cybersecurity eating internet governance? Causes and consequences of alternative framings. *Digital Policy, Regulation and Governance*, v. 19, n. 6, p. 415 - 428, set. 2017. DOI: 10.1108/DPRG-05-2017-0025. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/DPRG-05-2017-0025/full/html>. Acesso em: 15 set. 2021.

MILAN, Stefania. TEN OEVER, Niels. Coding and Encoding Rights in Internet Infrastructure. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 1 - 17, jan., 2017. DOI: 10.14763/2017.1.442. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/coding-and-encoding-rights-internet-infrastructure>. Acesso em: 16 set. 2021.

MUSIANI, Francesca. WSIS+10: the self-praising feast of multistakeholderism in internet governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 1 - 7, abr., 2013a. DOI: 10.14763/2013.2.121. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/wsis10-self-praising-feast-multistakeholderism-internet-governance>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MUSIANI, Francesca. Network architecture as internet governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 1-9. Out. 2013b. DOI: <http://dx.doi.org/10.14763/2013.4.208>. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/213975>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MUSIANI, Francesca. Dangerous Liaisons? Governments, companies and Internet Governance. *Internet Policy Review*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1 - 7, fev., 2013c. DOI: 10.14763/2013.1.108. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/dangerous-liaisons-governments-companies-and-internet-governance>. Acesso em: 15 set. 2021.

MUSIANI, Francesca. Practice, Plurality, Performativity, and Plumbing: Internet Governance Research Meets Science and Technology Studies. *Science, Technology, & Human Values* [S.l.], v. 2, n. 2, p. 272 - 283, out., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0162243914553803>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0162243914553803>, Acesso em: 15 set. 2021.

NELSON, Michael R.. Let the internet be the internet. *Issues in Science and Technology*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 36-39, mar., 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/43314219.pdf?refreqid=excelsior%3Ae90ff01472d03835481e5dbe2587fa2b>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Working Group on Internet Governance*. Bogis-Bossey; 2005. p. 1 - 24. (05.41622). Disponível em: <https://www.wgig.org/docs/WGI-GREPORT.pdf>.

PETERS, Michael A. et al. "Internet universality: human rights and principles for the internet. *Knowledge Cultures*, v. 2, n. 03, p. 15-28, 2014.

POSTEL, J. *Draft Specifications for Administration and Management of gTLDs*. Network Working Group, Internet Engineering Task Force, 1996.

RAYMOND, Mark; DENARDIS, Laura. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. *International Theory*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 572-616, maio, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s1752971915000081>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/multistakeholderism-anatomy-of-an-inchoate-global-institution/B69E6361B5965C98CFD400F75AA8DC53>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RICKNELL, Emma. Freedom of Expression and Alternatives for Internet Governance Prospects and Pitfalls. *Media and Communication*, v. 8, n. 4, p. 110 - 120, out., 2020. DOI: 10.17645/mac.v8i4.3299. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/3299>. Acesso em: 16 set. 2021.

SHCHERBOVICH, Andrey A. Multistakeholder approach and human rights in Internet Governance. *Business Informatics*, v. 39, n. 1, p. 7 -13, 2017. DOI: 10.17323/1998-0663.2017.1.7.13. Disponível em: <https://bijournal.hse.ru/data/2017/08/30/1173954725/1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

SYLVAN, David. Global Internet Governance: Governance without Governors. In RADU, Roxana; CHENOU, Jean-Marie, WEBER, Rolf H. (org). *The Evolution of Global Internet Governance: Principles and Policies in the Making*. Luxemburgo: Springer, 2014. p. 23 - 36. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-642-45299-4>. Acesso em: 6 set. 2021.

VAN EETEN, Michel J. G.; MUELLER; Milton. Where is the governance in Internet governance? *New Media & Society*, [S.l.], v. 15, n. 5, p. 720 - 736, ago., 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444812462850>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444812462850>. Acesso em: 14 jun. 2021.

WAGNER, Flávio R. The internet governance ecosystem: Where we are and the path ahead. In: Brazilian Symposium on Multimedia and the Web, 22, 2016, Teresina. *WebMedia 2016 - Proceedings of the 22nd Brazilian Symposium on Multimedia and the Web*. Teresina: WebMedia, 2016. p. 5 - 6. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2976796.2984747>. Acesso em: 21 ago. 2021

